

Marcelo Novelino

Curso de **Direito**
CONSTITUCIONAL

16^a revista
Edição atualizada
ampliada

2021



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Ana Caquetti

1188681

N938 Novelino, Marcelo
 Curso de direito constitucional / Marcelo Novelino. – 16. ed. rev., ampl. e atual. –
 Salvador: Ed. JusPodivm, 2021.
 992 p.

Bibliografia.
ISBN: 978-65-5680-334-0

1. Direito constitucional. 2. Direito constitucional -Brasil. I. Título.

CDD: 342.81

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

TÍTULO I

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

Capítulo 1 ► Direito constitucional	39
1. Natureza	39
2. Definição	40
3. Objeto	40
4. Fontes de juridicidade	40
4.1. Fontes do direito constitucional.....	41
4.1.1. Os costumes constitucionais.....	42
4.1.2. A criação judicial do direito	43
4.1.3. A doutrina como fonte indireta de produção do direito.....	45
Capítulo 2 ► Constitucionalismo	47
1. Definição	47
2. Evolução histórica.....	48
2.1. Constitucionalismo antigo	48
2.1.1. Estado hebreu.....	48
2.1.2. Grécia.....	49
2.1.3. Roma.....	49
2.1.4. Inglaterra.....	49
2.2. Constitucionalismo moderno	50
2.2.1. O surgimento das constituições liberais.....	51
2.2.1.1. A experiência estadunidense.....	51
2.2.1.2. A experiência francesa	52
2.2.2. O surgimento das constituições sociais	54
2.3. Constitucionalismo contemporâneo	56
2.4. Constitucionalismo do futuro	58
2.5. Transconstitucionalismo	59
2.6. Quadro: evolução histórica do constitucionalismo.....	60
Capítulo 3 ► Pós-positivismo e neoconstitucionalismo	61
1. Pós-positivismo	61
1.1. O pós-positivismo metodológico.....	61
1.2. O pós-positivismo ético	62
1.3. O pós-positivismo teórico.....	62

2. Neoconstitucionalismo	63
2.1. O neoconstitucionalismo como modelo constitucional	63
2.2. O neoconstitucionalismo teórico.....	64
2.3. O neoconstitucionalismo ideológico	64
3. Diferenças entre o pós-positivismo e o neoconstitucionalismo	65
3.1. As diferentes pretensões: teoria universal x teoria particular	65
3.2. A relação entre direito e moral	66

Capítulo 4 ► **Poder Constituinte** **69**

1. Poder Constituinte Originário.....	69
1.1. Espécies	69
1.2. O fenômeno constituinte.....	70
1.3. Natureza	71
1.4. Titularidade e exercício	72
1.5. Características essenciais.....	72
1.6. Limitações materiais.....	72
1.7. Legitimidade.....	73
1.8. Quadro: Poder Constituinte Originário (PCO)	74
2. Poder Constituinte Decorrente	74
2.1. Natureza	75
2.2. Características.....	75
2.3. Existe Poder Constituinte Decorrente fora dos Estados-membros?	76
2.4. Limitações impostas à auto-organização dos Estados.....	77
2.5. Quadro: Poder Constituinte Decorrente (PCD)	78
3. Poder Constituinte Derivado	78
3.1. Limitações impostas ao Poder Reformador.....	79
3.1.1. Limitações temporais.....	79
3.1.2. Limitações circunstanciais	79
3.1.3. Limitações formais (processuais ou procedimentais)	79
3.1.4. Limitações materiais (ou substanciais).....	82
3.1.4.1. Cláusulas pétreas expressas	83
3.1.4.2. Cláusulas pétreas implícitas.....	87
3.2. Limitações impostas ao Poder Revisor.....	89
3.3. Quadro comparativo.....	90
4. Poder Constituinte Supranacional	91

Capítulo 5 ► **A constituição** **93**

1. Conceito	93
2. Objeto	93
3. Elementos	94
4. Fundamentos	95
4.1. Concepção sociológica	95
4.2. Concepção política	95
4.3. Concepção jurídica	96

4.4. Concepção normativa.....	96
4.5. Concepção culturalista.....	97
5. A constituição e o seu papel.....	98
5.1. Constituição-lei.....	98
5.2. Constituição-fundamento (Constituição-total).....	98
5.3. Constituição-moldura.....	99
5.4. Constituição dúctil (Constituição suave).....	99
6. Classificações das constituições.....	99
6.1. Quanto à forma.....	100
6.2. Quanto à sistemática.....	100
6.3. Quanto à origem.....	100
6.4. Quanto ao modo de elaboração.....	101
6.5. Quanto à identificação das normas constitucionais.....	102
6.6. Quanto à estabilidade.....	103
6.7. Quanto à extensão.....	104
6.8. Quanto à função (ou estrutura).....	104
6.9. Quanto à dogmática.....	105
6.10. Quanto à origem da decretação.....	106
6.11. Quanto à ideologia.....	107
6.12. Quanto à finalidade.....	107
6.13. Classificação ontológica.....	108
6.14. Classificações da Constituição de 1988.....	109
6.15. Quadro: classificações das constituições.....	109
7. Histórico das constituições brasileiras.....	110
7.1. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824).....	111
7.1.1. Contexto histórico.....	111
7.1.2. Principais características.....	111
7.2. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891) ...	115
7.2.1. Contexto histórico.....	115
7.2.2. Principais características.....	116
7.3. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934).....	119
7.3.1. Contexto histórico.....	119
7.3.2. Principais características.....	119
7.4. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 10 de novembro de 1937).....	122
7.4.1. Contexto histórico.....	122
7.4.2. Principais características.....	122
7.5. Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946).....	126
7.5.1. Contexto histórico.....	126
7.5.2. Principais características.....	126
7.6. Constituição do Brasil (24 de janeiro de 1967).....	128
7.6.1. Contexto histórico.....	128
7.6.2. Principais características.....	129
7.7. Emenda Constitucional n. 1 de 1969 (editada em 17 de outubro de 1969).....	131

Capítulo 6 ▶ Classificações das normas constitucionais.....	133
1. Esclarecimentos preliminares	133
2. Classificações quanto à eficácia	134
2.1. Classificação proposta por José Afonso da Silva	134
2.1.1. Normas constitucionais de eficácia plena	134
2.1.2. Normas constitucionais de eficácia contida.....	135
2.1.3. Normas constitucionais de eficácia limitada.....	136
2.1.3.1. Normas de princípio institutivo (ou organizatório)	136
2.1.3.2. Normas de princípio programático	137
2.2. Classificação proposta por Maria Helena Diniz.....	137
2.3. Classificação proposta por Celso Bastos e Carlos Ayres Britto.....	138
2.4. Outras classificações.....	138
3. Classificações quanto à espécie.....	139
3.1. Critérios de distinção entre princípios e regras.....	140
3.1.1. Critério distintivo proposto por Peczenik e Hage	140
3.1.2. Critérios distintivos propostos por Humberto Ávila	141
3.1.3. Critério distintivo proposto por Ronald Dworkin	141
3.1.4. Critério distintivo proposto por Robert Alexy	142
Capítulo 7 ▶ Conflito de normas	145
1. Conflitos entre regras	146
2. Conflitos entre princípios.....	147
3. Conflitos entre regras e princípios.....	150
Capítulo 8 ▶ Normas constitucionais no tempo	153
1. Revogação	153
2. Teoria da desconstitucionalização.....	153
3. Recepção	154
4. Repristinação	156
5. Mutação constitucional.....	157
6. Constitucionalidade superveniente.....	158
Capítulo 9 ▶ Hermenêutica constitucional.....	161
1. Considerações preliminares	161
2. Cânones tradicionais.....	162
3. Contribuições da dogmática alemã	164
3.1. Princípios de interpretação da constituição	165
3.1.1. Princípio da unidade da constituição	165
3.1.2. Princípio do efeito integrador.....	166
3.1.3. Princípio da concordância prática (ou harmonização).....	167
3.1.4. Princípio da força normativa.....	168
3.1.5. Princípio da máxima efetividade (interpretação efetiva ou eficiência).....	168
3.1.6. Princípio da conformidade funcional (exatidão funcional, correção funcional ou “justeza”).....	169

3.2. Métodos de interpretação constitucional	170
3.2.1. Método hermenêutico clássico (ou método jurídico)	170
3.2.2. Método científico-espiritual	171
3.2.3. Método tópico-problemático	171
3.2.4. Método hermenêutico-concretizador.....	172
3.2.5. Método normativo-estruturante	173
3.2.6. Método concretista da constituição aberta	175
4. Contribuições da doutrina estadunidense	176
4.1. Interpretativismo x não interpretativismo.....	176
4.2. Teoria do “reforço da democracia”	178
4.3. Minimalismo e maximalismo	178
4.4. Pragmatismo jurídico	180
4.5. A leitura moral da constituição	182
5. Preâmbulo.....	185
6. Integração da constituição.....	186

TÍTULO II

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo 10 ► Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade	189
1. A supremacia da constituição	189
2. Bloco de constitucionalidade	190
3. Natureza da norma inconstitucional.....	190
4. Formas de inconstitucionalidade	191
4.1. Quanto ao tipo de conduta.....	191
4.1.1. Estado de coisas inconstitucional.....	193
4.2. Quanto à norma constitucional ofendida	194
4.3. Quanto à extensão	195
4.4. Quanto ao momento	195
4.5. Quanto ao prisma de apuração.....	198
4.6. Quadro: formas de inconstitucionalidade	198
5. Formas de controle de constitucionalidade	199
5.1. Quanto ao momento	199
5.2. Quanto à natureza do órgão	202
5.3. Quanto à finalidade.....	203
5.4. Quanto ao tipo de pretensão deduzida em juízo.....	204
5.5. Quanto à competência	204
5.6. Quadro: formas de controle de constitucionalidade	206
Capítulo 11 ► Controle difuso de constitucionalidade.....	207
1. Aspectos gerais.....	207
2. Cláusula da reserva de plenário.....	209
2.1. Súmula Vinculante nº 10.....	211
3. Suspensão da execução de lei pelo senado.....	213

4. A ação civil pública como instrumento de controle de constitucionalidade.....	215
5. A tendência de “abstrativização” do controle concreto	216

Capítulo 12 ► **Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade..... 221**

1. Aspectos introdutórios.....	221
2. Legitimidade ativa	222
3. Parâmetro (ou norma de referência)	226
4. Objeto	226
4.1. Perspectiva material	227
4.2. Perspectiva temporal	230
4.3. Perspectiva espacial.....	230
5. Aspectos processuais e procedimentais	231
5.1. Requisitos da petição inicial.....	232
5.2. Intervenção de terceiros e amicus curiae.....	233
5.3. Advogado-Geral da União	236
5.4. Procurador-Geral da República.....	237
6. Liminar.....	238
7. Decisão definitiva	240
7.1. Modulação temporal dos efeitos da decisão	244
7.2. Técnicas de decisão	246
7.2.1. Declaração de inconstitucionalidade com redução de texto	246
7.2.2. Interpretação conforme a constituição.....	247
7.2.3. Declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	249
7.2.4. Inconstitucionalidade consequential	250
8. Recorribilidade.....	251

Capítulo 13 ► **Arguição de descumprimento de preceito fundamental 253**

1. Aspectos introdutórios.....	253
2. Legitimidade ativa e amicus curiae	254
3. Parâmetro	255
4. Hipóteses de cabimento.....	256
5. Objeto	257
6. Liminar.....	259
7. Decisão.....	260
8. Quadro: controle concentrado (ADI, ADC e ADPF).....	262

Capítulo 14 ► **Ação direta de inconstitucionalidade por omissão..... 265**

1. Aspectos introdutórios.....	265
2. Parâmetro (ou norma de referência)	265
3. Objeto	266
4. Legitimidade ativa	267
5. Legitimidade passiva	267
6. Competência.....	267

7. Procedimento	268
8. Liminar.....	268
9. Efeitos da decisão.....	269
Capítulo 15 ► Controle normativo abstrato no âmbito estadual.....	271
1. Representação de inconstitucionalidade	271
1.1. Competência.....	271
1.2. Legitimidade.....	271
1.3. Parâmetro.....	272
1.4. Objeto	273
1.5. Efeitos da decisão	274
2. Instituição de outras ações de controle normativo abstrato.....	276
3. Quadro: controle normativo abstrato nos Estados.....	277
Capítulo 16 ► Representação interventiva	279
1. Aspectos introdutórios.....	279
2. Representação interventiva federal.....	279
2.1. Quadro: representação interventiva federal	281
3. Representação interventiva estadual.....	282
3.1. Quadro: representação interventiva estadual	282

TÍTULO III

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 17 ► Estrutura, fundamentos e objetivos do Estado brasileiro.....	285
1. Princípios estruturantes	285
1.1. Princípio republicano	286
1.2. Princípio federativo	287
1.2.1. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo.....	287
1.3. Princípio do Estado democrático de direito.....	288
1.3.1. Estado liberal	288
1.3.2. Estado social	291
1.3.3. Estado democrático de direito (Estado constitucional democrático)	292
2. Princípio da separação dos poderes	294
3. Fundamentos.....	295
3.1. Soberania.....	296
3.2. Cidadania	297
3.3. Dignidade da pessoa humana.....	297
3.3.1. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais.....	300
3.4. Valores sociais do trabalho e da livre-iniciativa.....	302
3.5. Pluralismo político	302
4. Objetivos fundamentais	304
5. Princípios regentes das relações internacionais.....	305
6. Quadro comparativo	310

TÍTULO IV

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Capítulo 18 ► Teoria dos direitos fundamentais	313
1. Esclarecimentos preliminares	313
2. Natureza	313
3. Classificação doutrinária dos direitos fundamentais	314
3.1. A teoria dos status (Georg Jellinek)	314
3.2. Classificação trialista	315
4. Caracteres	316
5. Os direitos fundamentais e suas dimensões (gerações)	318
6. Direitos e garantias dos direitos	320
7. Dos deveres fundamentais	320
8. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais	321
8.1. Teoria da ineficácia horizontal (doutrina da state action)	322
8.2. Teoria da eficácia horizontal indireta	322
8.3. Teoria da eficácia horizontal direta	323
9. Dimensão subjetiva e dimensão objetiva	323
9.1. Fundamentação objetiva e subjetiva	324
10. Suporte fático dos direitos fundamentais	325
10.1. Elementos	325
10.2. Espécies	327
10.3. Quadro: suporte fático	329
11. Conteúdo essencial	329
12. Restrições aos direitos fundamentais	331
12.1. Classificação	333
12.2. Quadro: classificação das restrições aos direitos fundamentais	335
13. Os limites dos limites	336
13.1. Requisito formal	336
13.2. Requisitos materiais	337
14. O postulado da proporcionalidade	337
14.1. O conteúdo do postulado da proporcionalidade	338
14.1.1. Adequação	338
14.1.2. Necessidade	339
14.1.3. Proporcionalidade em sentido estrito	340
14.2. Proibição de proteção insuficiente (proibição de proteção deficiente, proibição de insuficiência ou proibição por defeito)	342
14.3. Distinção entre proporcionalidade e razoabilidade	342
15. Concorrência e colisão	344
Capítulo 19 ► Direitos individuais e coletivos	347
1. Classificação constitucional	347
2. Direitos individuais	347
3. Direitos coletivos	347

4. Destinatários dos direitos individuais	348
5. Destinatários dos deveres: eficácia vertical e horizontal.....	350
6. A aplicação imediata das normas de direitos fundamentais	351
7. Tratados e convenções internacionais de direitos humanos.....	352
7.1. Quadro: posição hierárquica dos tratados internacionais.....	355
8. Tribunal Penal internacional	355
8.1. Princípios.....	355
8.2. Aspectos polêmicos	356
Capítulo 20 ► Direitos individuais em espécie	359
1. Aspectos introdutórios.....	359
2. Direito à vida	360
2.1. Âmbito de proteção.....	360
2.2. Restrições (intervencões restritivas)	362
2.2.1. Aborto.....	364
2.2.1.1. Início da vida humana e proteção jurídica.....	365
2.2.1.2. A (i)legitimidade constitucional da descriminalização do aborto	367
2.2.1.2.1. Vida e dignidade do feto versus direitos fundamentais da gestante.....	367
2.2.1.2.2. O aborto como problema de saúde pública	368
2.2.1.3. A não criminalização do aborto no direito comparado	369
2.2.2. Eutanásia e conceitos afins	369
2.3. Quadro: direito à vida.....	371
3. Direito à igualdade.....	372
3.1. Evolução histórica	372
3.2. Igualdade jurídica e Igualdade fática	372
3.3. O direito à igualdade na Constituição de 1988.....	375
3.4. A dimensão objetiva e subjetiva do direito à igualdade	376
3.5. Âmbito de proteção e intervenção.....	377
3.6. Os destinatários do dever de igualdade	379
3.7. Ações afirmativas	380
4. Direito à privacidade	385
4.1. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem.....	385
4.1.1. Âmbito de proteção.....	385
4.1.2. Restrições (intervencões restritivas)	386
4.1.2.1. Interceptação ambiental (escuta ambiental).....	387
4.1.2.2. Gravação clandestina	388
4.1.2.3. Quebra do sigilo de dados.....	389
4.1.3. Quadro: direito à intimidade, vida privada, honra e imagem	392
4.2. Inviolabilidade do domicílio.....	392
4.2.1. Âmbito de proteção.....	392
4.2.2. Restrições (intervencões restritivas)	393
4.2.3. Quadro: inviolabilidade do domicílio	396
5. Direito à liberdade	396
5.1. Liberdade de manifestação do pensamento.....	397

5.1.1.	Âmbito de proteção.....	397
5.1.2.	Restrições (intervencões restritivas)	398
5.1.3.	Quadro: liberdade de manifestação do pensamento.....	401
5.2.	Liberdade de consciência, de crença e de culto.....	401
5.2.1.	Âmbito de proteção.....	401
5.2.1.1.	Objecção de consciência (escusa de consciência ou imperativo de consciência)	402
5.2.1.2.	Liberdade religiosa e dever de neutralidade do Estado	406
5.2.2.	Restrições (intervencões restritivas)	410
5.3.	Liberdade de comunicação pessoal	413
5.3.1.	Âmbito de proteção.....	413
5.3.2.	Restrições (intervencões restritivas)	414
5.3.3.	Quadro: liberdade de comunicação pessoal	417
5.4.	Liberdade de exercício profissional.....	417
5.4.1.	Âmbito de proteção.....	417
5.4.2.	Restrições (intervencões restritivas)	418
5.4.3.	Quadro: liberdade de exercício profissional	418
5.5.	Liberdade de informação	419
5.5.1.	Âmbito de proteção.....	419
5.5.2.	Restrições (intervencões restritivas)	421
5.5.3.	Quadro: liberdade de informação	423
5.6.	Liberdade de locomoção.....	423
5.6.1.	Âmbito de proteção.....	423
5.6.2.	Restrições (intervencões restritivas)	423
5.6.3.	Quadro: liberdade de locomoção.....	424
5.7.	Liberdade de reunião	425
5.7.1.	Âmbito de proteção.....	425
5.7.2.	Restrições (intervencões restritivas)	425
5.7.3.	Quadro: liberdade de reunião	426
5.8.	Liberdade de associação.....	426
5.8.1.	Âmbito de proteção.....	427
5.8.2.	Restrições (intervencões restritivas)	428
5.8.3.	Quadro: liberdade de associação.....	428
6.	Direito à propriedade.....	428
6.1.	Âmbito de proteção.....	429
6.2.	Restrições (intervencões restritivas)	429
6.2.1.	Princípio da função social da propriedade	429
6.2.2.	Desapropriação	431
6.2.3.	Requisição.....	433
6.2.4.	Usucapião constitucional.....	435
6.2.5.	Expropriação-sanção e confisco.....	436
6.3.	Quadro: direito à propriedade	439
Capítulo 21 ► Garantias individuais		441
1.	Garantias relacionadas à segurança jurídica	442
1.1.	Princípio da legalidade.....	442
1.2.	Princípio da não retroatividade das leis.....	443

1.2.1. Direito adquirido	445
1.2.2. Ato jurídico perfeito	449
1.2.3. Coisa julgada	449
2. Garantias de natureza penal	451
2.1. Mandados constitucionais de criminalização	451
2.2. Garantias relativas às penas.....	453
2.2.1. Princípio da personalidade	453
2.2.2. Princípio da individualização da pena	455
2.2.3. Princípio da humanidade	459
2.3. Garantias relativas à prisão	461
2.3.1. Espécies de prisão	463
2.3.1.1. Prisão extrapenal	464
2.3.1.2. Prisão cautelar.....	466
2.3.2. Princípio da não autoincriminação.....	469
3. Garantias de natureza processual	471
3.1. Princípio da inafastabilidade da apreciação jurisdicional.....	472
3.2. Princípio do juiz natural.....	474
3.3. Princípio do devido processo legal.....	475
3.4. Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	476
3.5. Inadmissibilidade de provas ilícitas	480
3.6. Presunção de não culpabilidade	482
3.7. Princípio da razoável duração do processo.....	487
Capítulo 22 ► Ações constitucionais	489
1. Aspectos introdutórios	489
2. Habeas corpus	490
2.1. Modalidades.....	490
2.2. Legitimidade.....	490
2.3. Objeto e objetivo	492
2.4. Considerações finais	493
3. Habeas data	493
3.1. Legitimidade ativa.....	494
3.2. Legitimidade passiva	495
3.3. Objeto e objetivo	495
3.4. Hipóteses de cabimento.....	496
3.4.1. Conhecimento de informações pessoais.....	496
3.4.2. Retificação de dados.....	497
3.4.3. Complementação de informações pessoais	497
3.5. Interesse de agir.....	497
3.6. Liminar e decisão de mérito	498
4. Mandado de segurança.....	499
4.1. Legitimidade ativa.....	499
4.2. Legitimidade passiva	503
4.3. Objeto e objetivo	504
4.4. Cabimento residual e vedações específicas.....	504

4.5. Prazo para impetração	506
4.6. Liminar	506
4.7. Decisão de mérito	508
5. Mandado de injunção	509
5.1. Legitimidade ativa.....	509
5.2. Legitimidade passiva	511
5.3. Objetivo e objeto	511
5.3.1. Espécies de omissão inconstitucional	512
5.4. Parâmetro de controle.....	513
5.5. Procedimento e competência	514
5.6. Liminar e decisão de mérito	516
5.7. Quadro comparativo: mandado de injunção e ação direta de inconstitucionalidade por omissão	519
6. Ação popular.....	521
6.1. Legitimidade ativa.....	522
6.2. Legitimidade passiva	523
6.3. Objeto: atos impugnáveis.....	524
6.4. Objetivo	524
6.5. Tutela preventiva e reparatória.....	525
6.6. Requisitos específicos: binômio ilegalidade-lesividade.....	525
6.7. Competência.....	527
6.8. Liminar	528
6.9. Decisão de mérito	528
7. Quadro: ações constitucionais.....	529
Capítulo 23 ► Direitos sociais	531
1. Aspectos introdutórios.....	531
2. A adjudicação dos direitos sociais.....	531
3. Reserva do possível.....	533
4. Mínimo existencial	535
5. Princípio da vedação de retrocesso.....	535
6. Direitos sociais em espécie	537
6.1. Direito à moradia	538
6.2. Direitos individuais dos trabalhadores	539
6.2.1. Direito ao trabalho e à garantia do emprego	542
6.2.2. Direitos sobre as condições de trabalho	542
6.2.3. Direitos relativos ao salário	543
6.2.4. Direitos relativos ao repouso e à inatividade do trabalhador.....	545
6.2.5. Direitos de proteção dos trabalhadores	546
6.2.6. Direitos relativos aos dependentes do trabalhador.....	546
6.2.7. Direito de participação dos trabalhadores.....	547
6.3. Direitos coletivos dos trabalhadores.....	547
6.3.1. Liberdade de associação profissional e sindical	547
6.3.2. Direito de greve	551
6.3.3. Participação em colegiados de órgãos públicos	553

Capítulo 24 ► Direitos de nacionalidade	555
1. Conceito	555
2. Espécies de nacionalidade	556
2.1. Nacionalidade originária (primária ou atribuída).....	556
2.1.1. Critério territorial.....	556
2.1.2. Critério sanguíneo	557
2.2. Nacionalidade adquirida (secundária, derivada ou de eleição)	557
2.2.1. Naturalização tácita (grande naturalização ou naturalização coletiva).....	558
2.2.2. Naturalização expressa	558
2.3. Quadro: espécies de nacionalidade.....	560
3. Quase nacionalidade.....	561
4. Diferenças de tratamento entre brasileiro nato e naturalizado	561
4.1. Cargos privativos.....	561
4.2. Assentos no Conselho da República	562
4.3. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	562
4.4. Extradicação	562
4.4.1. Crimes políticos e de opinião.....	564
4.4.2. Retroatividade dos tratados de extradição	565
4.4.3. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão	565
4.5. Quadro: diferenças de tratamento.....	567
5. Perda do direito de nacionalidade	567
Capítulo 25 ► Dos direitos políticos	571
1. Aspectos introdutórios.....	571
2. Espécies.....	571
2.1. Direitos políticos positivos	571
2.1.1. Direito de sufrágio	572
2.1.2. Alistabilidade (capacidade eleitoral ativa)	572
2.1.3. Elegibilidade (capacidade eleitoral passiva)	575
2.2. Direitos políticos negativos	577
2.2.1. Inelegibilidades	577
2.2.1.1. Inelegibilidade relativa em razão do cargo	578
2.2.1.1.1. Cargos eletivos	578
2.2.1.1.2. Cargos não eletivos.....	581
2.2.1.2. Inelegibilidade relativa em razão do parentesco (inelegibilidade reflexa).....	582
2.2.1.3. Casos de inelegibilidade voltados à proteção da moralidade política.....	584
2.2.2. Perda e suspensão dos direitos políticos	586
2.2.2.1. Recall	589
2.3. Quadro: espécies de direitos políticos	590
3. “Princípio” da anterioridade eleitoral.....	590
4. Dos partidos políticos.....	591
4.1. Coligações partidárias	593
4.2. Cláusula de barreira (ou cláusula de desempenho).....	593
4.3. Fidelidade partidária	596

5. Sistemas eleitorais	598
5.1. Sistema majoritário	598
5.2. Sistema proporcional	598
5.3. Sistema misto	599
5.4. O modelo “distrital”	600
5.5. Quadro comparativo.....	601

TÍTULO V

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

Capítulo 26 ► A federação brasileira	605
1. Aspectos gerais.....	605
1.1. Elementos constitutivos do Estado	605
1.2. Formas de Estado	606
1.2.1. Estado unitário (ou simples).....	606
1.2.2. Estado composto.....	606
1.2.3. União incorporada	608
2. Centralização e descentralização	608
3. Características essenciais	608
3.1. Quadro: Estado Federal.....	609
4. Autonomia dos entes federativos	609
5. Tipos de federalismo	610
5.1. Quanto ao surgimento (ou quanto à origem)	611
5.2. Quanto à repartição de competências	611
5.3. Quanto à concentração do poder.....	612
5.4. Quanto à homogeneidade na distribuição de competências.....	613
5.5. Quanto às características dominantes do modelo federal	614
5.6. Quanto às esferas ou centros de competência.....	615
5.7. Quadro: tipos de federalismo	615
6. Análise histórica.....	616
7. Repartição de competências	617
7.1. Critérios utilizados na repartição de competências.....	618
7.1.1. Campos específicos de competência legislativa e administrativa.....	619
7.1.2. Possibilidade de delegação	620
7.1.3. Competências administrativas (ou materiais) comuns.....	620
7.1.4. Competências legislativas concorrentes	621
7.1.5. Quadro: repartição de competências	625
7.2. Competências privativas e exclusivas	626
8. Organização político-administrativa.....	626
8.1. Capital Federal.....	627
8.2. Incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados.....	628
8.3. Criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios.....	629
9. Da intervenção	630
9.1. Intervenção federal	630
9.1.1. Pressupostos materiais.....	631

9.1.2. Pressupostos formais	632
9.1.3. Controle político e jurisdicional da intervenção.....	633
9.2. Intervenção estadual	634
9.2.1. Pressupostos materiais.....	634
9.2.2. Pressupostos formais	635
9.2.3. Controle político	635
9.3. Quadro: espécies de intervenção	635
Capítulo 27 ► Da União	637
1. Posição da União na federação brasileira.....	637
2. Competências	637
3. Leis nacionais e leis federais.....	638
4. Bens da União.....	638
Capítulo 28 ► Dos Estados federados.....	641
1. Autonomia dos Estados federados	641
1.1. Auto-organização	641
1.1.1. Princípios limitativos.....	642
1.2. Autolegislação	644
1.3. Autogoverno.....	645
1.3.1. Do Poder Legislativo estadual	646
1.3.1.1. Das garantias do Poder Legislativo estadual	647
1.3.2. Do Poder Executivo estadual.....	649
1.4. Autoadministração.....	651
2. Regiões metropolitanas.....	652
3. Dos bens dos estados	653
4. Iniciativa popular no âmbito estadual	654
Capítulo 29 ► Dos Municípios.....	657
1. O município como ente federativo.....	657
2. Auto-organização	657
2.1. Composição das Câmaras Municipais	658
2.2. Estatuto dos vereadores	658
2.3. Responsabilização dos prefeitos	660
3. Autolegislação	661
4. Autogoverno.....	663
5. Autoadministração	663
6. Fiscalização orçamentária e financeira	664
Capítulo 30 ► Do Distrito Federal e Territórios.....	667
1. Distrito federal	667
1.1. Natureza jurídica	667
1.2. Auto-organização	668
1.3. Autolegislação	668

1.4. Autogoverno.....	669
1.5. Autoadministração.....	669
2. Territórios.....	669
3. Quadro: autonomias atribuídas aos entes federativos.....	671

TÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo 31 ► Poder Legislativo	675
1. Estrutura.....	675
2. Funções.....	675
3. Deputados e senadores.....	676
4. Atribuições do Congresso Nacional.....	677
5. Sessões legislativas.....	678
6. Mesas diretoras.....	679
7. Comissões parlamentares.....	679
7.1. Comissão representativa do Congresso Nacional.....	680
7.2. Comissão parlamentar de inquérito federal.....	681
7.2.1. Requisitos para a criação.....	681
7.2.2. Poderes.....	683
7.2.3. Limites.....	686
7.2.4. Quadro – Comissão parlamentar de inquérito.....	688
7.3. Comissão parlamentar de inquérito estadual.....	688
7.4. Comissão parlamentar de inquérito municipal.....	689
8. Estatuto dos parlamentares federais.....	689
8.1. Imunidade material (inviolabilidade).....	691
8.2. Imunidade formal.....	693
8.3. Prerrogativa de foro.....	696
8.4. Incompatibilidades.....	699
8.5. Perda do mandato: hipóteses de cassação e extinção.....	700
9. Quadro: competências.....	702
Capítulo 32 ► Processo legislativo	705
1. Aspectos introdutórios.....	705
2. Espécies de processo legislativo.....	705
3. Processo legislativo ordinário.....	706
3.1. Fase introdutória.....	706
3.1.1. Iniciativa.....	706
3.2. Fase constitutiva.....	708
3.2.1. Sanção e veto.....	711
3.3. Fase complementar.....	712
3.4. Quadro: processo legislativo ordinário.....	713
4. Processo legislativo sumário.....	714
5. Processos legislativos especiais.....	714

5.1. Emendas à Constituição	714
5.2. Leis complementares.....	716
5.3. Medidas provisórias	717
5.3.1. Prazo de vigência.....	717
5.3.2. Regime de urgência.....	718
5.3.3. Trâmite.....	719
5.3.4. Rejeição.....	720
5.3.5. Revogação.....	721
5.3.6. Limitações materiais.....	721
5.3.7. Edição de medidas provisórias nos Estados e Municípios	723
5.3.8. Controle de constitucionalidade das medidas provisórias	723
5.4. Leis delegadas	725
5.4.1. Processo legislativo	725
5.4.2. Sustação	726
5.4.3. Limitações materiais.....	726
5.5. Decreto legislativo	726
5.6. Resoluções	726
5.7. Quadro comparativo: processo legislativo	727
Capítulo 33 ► Tribunal de Contas.....	729
1. Aspectos introdutórios.....	729
2. Tribunal de Contas da União.....	729
2.1. Competências.....	730
2.1.1. Competência fiscalizadora.....	731
2.1.2. Competência judicante.....	731
2.1.3. Competência sancionatória	732
2.1.4. Competência consultiva.....	733
2.1.5. Competência informativa.....	733
2.1.6. Competência corretiva.....	733
3. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.....	733
4. Tribunais de contas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.....	734
Capítulo 34 ► Poder Executivo	735
1. Sistemas de governo	735
1.1. Parlamentarismo.....	735
1.2. Presidencialismo.....	736
1.3. Semipresidencialismo (ou semiparlamentarismo).....	736
2. Competências do Presidente da República	737
3. Substituição e sucessão do Presidente da República	739
4. Decretos e regulamentos.....	740
5. Ministros de Estado.....	742
6. Funcionários públicos	743
7. Da responsabilidade do Presidente da República.....	743
7.1. Crimes de responsabilidade	744

7.2. Crimes comuns.....	747
7.3. Imunidade à prisão cautelar	747
7.4. Irresponsabilidade penal relativa	747
8. Da responsabilidade dos governadores dos Estados e do Distrito Federal	748
8.1. Crimes comuns.....	748
8.2. Crimes de responsabilidade.....	750
9. Da responsabilidade dos prefeitos	751
10. Quadro: competências.....	752
11. A responsabilização político-administrativa dos agentes políticos	753
Capítulo 35 ► Poder Judiciário	755
1. Aspectos introdutórios.....	755
1.1. Funções típicas e atípicas	755
1.2. Estrutura organizacional.....	756
2. Disposições gerais.....	757
2.1. Garantias institucionais.....	758
2.2. Garantias funcionais	758
2.2.1. Vedações.....	760
2.3. Tempo de “atividade jurídica” para ingresso na magistratura.....	761
2.4. Órgão especial	763
2.5. Quinto constitucional.....	763
2.6. Cláusula da reserva de plenário (regra do full bench).....	764
2.7. Juizados especiais.....	764
2.8. Justiça de Paz	765
2.9. Precatório	766
2.9.1. Regime dos precatórios	767
2.9.2. Dispensa de precatório.....	771
2.9.3. Prazo para pagamento	772
2.9.4. Honorários advocatícios	775
2.9.5. Sequestro da quantia devida.....	776
2.9.6. Intervenção federal e estadual.....	776
2.9.7. Possibilidade de compensação.....	777
2.9.8. Leilão	777
3. Conselho Nacional de Justiça.....	777
3.1. Composição	778
3.2. Competências.....	779
4. Supremo Tribunal Federal	782
4.1. O papel do Supremo Tribunal Federal	783
4.2. Competências.....	785
4.2.1. Proteção constitucional.....	785
4.2.2. Crimes comuns e de responsabilidade.....	786
4.2.3. Tutela das liberdades constitucionais	787
4.2.3.1. Habeas corpus	787
4.2.3.2. Mandado de segurança e habeas data	788
4.2.3.3. Mandado de injunção.....	789

4.2.4.	Litígios e conflitos	789
4.2.5.	Outras competências.....	790
4.3.	Recurso extraordinário	791
4.3.1.	Aspectos introdutórios	791
4.3.1.1.	Pré-questionamento.....	794
4.3.1.2.	Prévio esgotamento da instância ordinária	794
4.3.1.3.	Impossibilidade de reexame de fatos e provas	796
4.3.2.	Repercussão geral.....	796
4.3.3.	Hipóteses de cabimento.....	798
4.3.2.1.	Violação a dispositivo constitucional.....	798
4.3.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	799
4.3.2.3.	Declaração de constitucionalidade de lei ou ato de governo local	800
4.3.2.4.	Declaração de validade de lei local contestada em face de lei federal...	800
4.4.	Súmula vinculante.....	800
4.4.1.	Natureza	802
4.4.2.	Pressupostos constitucionais.....	802
4.4.3.	Requisitos constitucionais	803
4.4.4.	Extensão dos efeitos.....	804
4.4.5.	Quadro: súmula vinculante	805
4.5.	Reclamação constitucional.....	805
5.	Superior Tribunal de Justiça	808
5.1.	Competências.....	809
5.1.1.	Proteção do ordenamento jurídico federal.....	809
5.1.1.1.	Contrariedade ou negativa de vigência a tratado ou lei federal.....	809
5.1.1.2.	Conflito entre ato de governo local e lei federal	811
5.1.1.3.	Divergência jurisprudencial	811
5.1.2.	Crimes comuns e de responsabilidade.....	811
5.1.3.	Tutela das liberdades constitucionais	813
5.1.3.1.	Mandado de segurança e habeas data	813
5.1.3.2.	Habeas corpus	813
5.1.3.3.	Mandado de injunção.....	813
5.1.4.	Litígios e conflitos	814
5.1.5.	Outras competências.....	814
6.	Tribunais Regionais Federais e juízes federais	815
6.1.	Composição	815
6.2.	Competência	816
6.2.1.	Litígios e conflitos	816
6.2.2.	Competência criminal.....	816
6.2.3.	Tutela das liberdades constitucionais e direitos humanos	817
6.2.4.	Outras competências.....	818
6.3.	Foro das causas de interesse da União	819
7.	Tribunais e juízes do Trabalho	819
7.1.	Composição	820
7.2.	Competência.....	821
7.2.1.	Competência dos Tribunais do Trabalho.....	823

8. Tribunais e juízes Eleitorais.....	823
8.1. Estrutura e composição.....	824
8.2. Competência.....	825
9. Tribunais e juízes Militares.....	826
9.1. Estrutura e composição.....	826
9.2. Justiça Militar da União.....	826
10. Tribunais de Justiça e juízes estaduais.....	827
10.1. Justiça Militar estadual.....	828

TÍTULO VII

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

Capítulo 36 ► Ministério Público.....	833
1. Definição constitucional.....	833
2. Natureza jurídica.....	834
3. Princípios institucionais.....	835
3.1. Princípio da unidade.....	835
3.2. Princípio da indivisibilidade.....	835
3.3. Princípio da independência funcional.....	836
3.4. Princípio do promotor natural.....	836
4. Estrutura orgânica.....	837
4.1. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.....	838
4.2. Conselho Nacional do Ministério Público.....	838
5. Procurador-Geral da República.....	840
6. Procurador-Geral de Justiça.....	842
7. Funções institucionais.....	843
7.1. Ação penal pública.....	844
7.1.1. Poder de investigação criminal.....	845
7.2. Inquérito civil e ação civil pública.....	845
7.3. Controle de constitucionalidade.....	847
7.4. Controle externo da atividade policial.....	848
7.5. Outras funções.....	848
8. Ingresso na carreira.....	849
9. Garantias.....	851
9.1. Vitaliciedade.....	852
9.2. Inamovibilidade.....	852
9.3. Irredutibilidade de subsídio.....	853
10. Vedações.....	853
Capítulo 37 ► Advocacia Pública.....	857
1. Aspectos introdutórios.....	857
2. Regime funcional.....	857
3. Advocacia-Geral da União.....	858
3.1. Advogado-Geral da União.....	860

4. Procuradores dos Estados e do Distrito Federal	861
4.1. Regime jurídico.....	862
Capítulo 38 ► Advocacia e Defensoria Pública.....	865
1. Advocacia	865
1.1. Princípio da indispensabilidade do advogado	865
1.2. Princípio da inviolabilidade do advogado	866
1.3. Prisão cautelar.....	867
1.4. Estatuto da Advocacia	867
2. Defensoria Pública	869
2.1. Normas gerais de organização das defensorias públicas	871
2.2. Autonomia funcional e administrativa.....	873
2.3. Princípios institucionais	874

TÍTULO VIII

DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

Capítulo 39 ► Estado de defesa e estado de sítio	879
1. Aspectos introdutórios.....	879
2. Estado de defesa.....	879
3. Estado de sítio	880
Capítulo 40 ► Forças Armadas.....	883
1. Definição constitucional.....	883
2. Punições disciplinares.....	883
3. Regime jurídico	883
4. Serviço militar obrigatório.....	885
Capítulo 41 ► Segurança pública	887
1. Finalidade	887
2. Polícia ostensiva e polícia judiciária.....	888

TÍTULO IX

ORDEM SOCIAL

Capítulo 42 ► Seguridade social	895
1. Disposições gerais.....	895
2. Objetivos	895
3. Financiamento	898
4. Da saúde.....	903
4.1. Critérios para a adjudicação de medicamentos	905
4.2. Custeio do Sistema Único de Saúde	908
4.3. Diretrizes do Sistema Único de Saúde	909

4.4. Assistência à saúde e iniciativa privada	910
4.5. Competências do Sistema Único de Saúde	911
5. Da previdência social.....	911
5.1. Organização.....	912
5.2. Benefícios	913
5.3. Valor dos benefícios	918
6. Da assistência social	918
Capítulo 43 ► Educação, cultura e desporto.....	921
1. Da educação.....	921
1.1. Princípios informadores do ensino	921
1.2. Competências dos entes federativos.....	925
2. Da cultura.....	926
3. Do desporto	927
Capítulo 44 ► Família, criança, adolescente e idoso.....	929
1. Da família.....	929
1.1. Proteção estatal da entidade familiar.....	930
1.2. Divórcio	931
2. Da criança, do adolescente e do jovem.....	932
3. Do idoso.....	934
Capítulo 45 ► Temática específica.....	937
1. Ciência, tecnologia e inovação.....	937
2. Comunicação social	938
2.1. Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão	941
3. Meio ambiente.....	941
3.1. Destinatários do direito ao meio ambiente e do dever de proteção.....	943
3.2. Princípios informadores do direito ambiental	943
3.3. Efetividade do direito ao meio ambiente.....	944
3.4. Responsabilização ambiental.....	946
4. Índios	947
4.1. Princípios informadores.....	948
4.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	948
Referências bibliográficas.....	951
Índice remissivo	979